

Estado e Política Editorial

Andréa Lemos Xavier Galucio¹

O objetivo deste texto é apresentar uma abordagem sobre as políticas editoriais brasileiras, realizada com o propósito de identificar o papel de empresários da cultura em sua formulação. Nesta pesquisa, na qual foram comparadas as trajetórias das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, buscou-se verificar o grau de participação de cada um de seus editores em tais políticas.

Nosso propósito, ao selecionar editoras como objeto de estudo da História, foi de verificar os modos de construção da contra-hegemonia na sociedade brasileira, que possibilitasse compreender a atuação de certos setores progressistas no período da ditadura à democratização. Para isso selecionamos os casos de duas editoras que tiveram atuações significativas nesse sentido, as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense. Delimitamos o período entre a ditadura e a democratização no Brasil porque as novas condições de publicação resultantes do regime militar modificaram substancialmente suas histórias. Essas editoras foram responsáveis por diversas publicações de oposição ao mesmo tempo em que seus editores tiveram papel relevante como empresários na reorganização política da abertura junto a setores da esquerda brasileira.

No Brasil, os projetos culturais do Estado já foram abordados como “projetos de mercado”, traduzindo-se como aqueles que foram formulados junto aos interesses privados. Entende-se, assim, que os interesses empresariais brasileiros foram privilegiados no projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, inclusive no campo da cultura. Propomos verificar se é possível compartilhar desta perspectiva de análise para o caso da política pública para o livro brasileiro, ou política editorial brasileira, e de que forma isso ocorreu.

Em nossa abordagem, além de reconhecermos o papel de órgãos como Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), Grupo de Estudos da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG), Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), procuramos estender o quadro dos espaços de formulação e decisão das políticas editoriais visando localizar a possível atuação dos editores da Civilização Brasileira e Brasiliense. Com esses objetivos, ao invés de ampliar a abordagem desses espaços, através de uma identificação e análise de todos os órgãos existentes para o livro nos vinte anos de regime militar, procuramos, além de

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

conferir a atuação daqueles órgãos já mencionados, analisar o desempenho de um dos setores do empresariado do livro, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Realizamos tal análise percorrendo o histórico do sindicato desde sua criação, mas enfatizando os momentos de sua maior participação, para identificar sua intervenção nos espaços de decisão das políticas editoriais, ademais por seu histórico coincidir com o longo período das trajetórias das editoras que nos interessava acompanhar.

Partimos da necessidade de compreender COMO os órgãos governamentais, que atendem a causa do livro, e as entidades, que representam tais interesses empresariais, formularam essas políticas e QUAL o grau e o TIPO de participação desses empresários em sua elaboração, a destacar aqueles que representavam as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense.

Sabemos que as discussões em torno da política editorial envolvem de forma mais ampla as áreas de políticas educacionais e culturais, cujos temas se estendem do debate de políticas de incentivo à leitura e expansão da escolarização à discussão dos projetos e organismos que financiam e promovem a cultura em geral. A título de exemplo, a adoção pelas escolas do livro didático e a sua compra passam pelo projeto do governo de alfabetização e escolarização, assim como, para o caso dos produtores de livros, a organização de feiras, exposições e premiações de livros ocorre a partir de suas iniciativas privadas, com as quais buscam a divulgação de seus projetos para a cultura². Há também questões de outra ordem que remetem às políticas editoriais. As reivindicações políticas e salariais dos trabalhadores administrativos ou técnicos de editoras, gráficas e distribuidoras de livros, que extrapolam a identidade corporativa e apresentam resultados políticos significativos para a luta das condições de vida dos trabalhadores em geral, e também como a questão dos direitos autorais, até hoje tema recorrente nos Congressos de livreiros. A amplitude da temática foi tal, que se apresentou, para o caso do livro, um grande leque de setores e projetos passíveis de investigação.

No entanto, não pretendemos uma análise sistemática e exaustiva das políticas editoriais brasileiras, mas uma abordagem do papel das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, para a qual defendemos a importância de dimensionar suas funções empresariais no quadro da formulação das políticas editoriais brasileiras. Sendo assim, do conjunto dos setores que abrangem a área editorial, escolhemos para análise o Sindicato Nacional dos

² Embora não tenha sido nosso objetivo, um estudo do crescimento e organização das feiras de livros no Brasil pode trazer elementos importantes para o entendimento do campo editorial brasileiro. A disposição dos stands de cada editora, sua apresentação, divulgação, catálogo, reuniões que ocorrem no evento, contatos entre editores, gráficas, distribuidores revelam diversos aspectos da racionalidade das editoras no interior do campo.

Editores de Livros, que expressa questões centrais das políticas editoriais e amplamente debatidas pelos empresários do livro desde os anos 40.

Selecionamos como objeto de estudo este sindicato, mas também o órgão público responsável pelas políticas editoriais no Brasil, o Instituto Nacional do Livro, ainda, de acordo com nossa opção teórico-metodológica que defende uma abordagem sobre o papel do Estado na vertente gramsciana. Entendemos o SNEL como aparelho privado de hegemonia que atua na sociedade civil buscando ocupar espaços na sociedade política e o INL como um órgão do poder executivo que atua para a causa do livro na sociedade política.

O sentido teórico dessa abordagem tem origem na própria condição histórica dessas editoras. Como “empresas culturais”³ que compartilham do desenvolvimento nacional no Brasil dos anos 1940, época em que foram criadas, caracterizado pela substituição de importações e, no caso das editoras, marcadas pelo processo, ainda incipiente, de formação do seu mercado, as editoras se organizaram em sindicatos em busca da institucionalização de sua atuação nesse processo, no interior da sociedade civil.

Ao se questionar sobre as formas de organização da dominação, Gramsci não só as articulou às formas de exploração como buscou o lugar da contra-hegemonia na sociedade capitalista. Uma das contribuições do pensador italiano para nossa abordagem se deve a análise da abrangência dos projetos da sociedade civil, quando defende analisar o alcance de tais projetos: se eles estão no âmbito estatal ou nacional dos interesses econômico-corporativos, e se alcançaram o patamar ético-político dos interesses políticos de transformação, quando apresentariam uma visão política mais ampla.

Para Gramsci a concepção de Estado amplo permite entender o Estado não só pelos instrumentos de coerção mas também pelos de consenso, na sociedade política e na sociedade civil. Mas, em especial, para ele, é na sociedade civil que se encontram os aparelhos privados de hegemonia que são os que materializam a batalha pela hegemonia a pelo consenso de seu projeto, seja em oposição ou não ao projeto hegemônico do Estado estrito.

Nesta pesquisa, diferentemente de Gramsci, não buscamos uma explicação internacionalista e totalizante das formas de dominação do conjunto da sociedade capitalista, mas procuramos, a partir da maneira de organização das editoras na sociedade capitalista

³ É importante destacar que mesmo nos referindo aqueles que “produzem” cultura, no âmbito privado, entre os anos 1930 e 1960, como empresários da cultura, ou proprietários de “empresas culturais”, esta definição não corresponde totalmente às condições reais, dado que as empresas ainda não estavam estruturadas na racionalidade capitalista, o que só ocorrerá a partir dos anos 1960. Entretanto, utilizamos empresa cultural para os anos 40 seguindo a visão de Nelson Werneck Sodré para o caso da imprensa brasileira, que num quadro da indústria cultural ainda incipiente, mas desde a década de 20, era “*mal estruturada* mas era uma *empresa*”. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

brasileira do século XX, analisar o papel de uma de suas entidades associativas empresariais, identificada, na perspectiva gramsciana, como aparelho privado de hegemonia. Por entender que os aparelhos privados de hegemonia expressam os diferentes interesses corporativos que imprimem a direção hegemônica dos projetos políticos para a sociedade, a análise das condições de formulação das políticas editoriais passa pelas condições de organização e representatividade dos empresários do livro no âmbito corporativo-estatal. Segundo Gramsci, a direção hegemônica é resultante das disputas entre as frações da classe dominante quando a direção de uma delas se impõe. É, portanto, através da organização dos aparelhos privados de hegemonia, no interior da sociedade civil, que se educa o consenso e que se garantem as disputas no interior das classes dominantes. Tomando a centralidade do papel dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade capitalista é que selecionamos um de seus representantes, o SNEL, visando uma abordagem histórica das editoras.

Apresentamos acima os motivos de identificar o SNEL e o INL como espaços relevantes de formulação das políticas editoriais, ocupando lugares distintos no campo editorial brasileiro do século XX. Importa compreender como o empresariado do livro se organizou por meio dessa entidade e quais foram suas principais intervenções nas políticas editoriais. Neste caso a existência de um órgão público para o livro e/ou as iniciativas editoriais governamentais, como as comissões já mencionadas, terão enfoque privilegiado na interlocução de questões comuns. Isso implica, a nosso ver, em esclarecer que as fontes selecionadas não encerram o mapeamento das políticas editoriais, mas são centrais para o entendimento da articulação de alguns de seus lugares de decisão. Abordamos um período extenso do SNEL, desde a sua criação até a década de 1980, para verificar como as questões foram formuladas e desenvolvidas por seus agentes, e extrair o grau de atuação dos editores das Editoras Civilização Brasileira e Brasiliense no processo de constituição das políticas editoriais brasileiras.

Não é sem propósito que nosso recorte cronológico para esse extenso período se inicie na instauração da ditadura varguista e vá até o fim da ditadura civil-militar. Muitos estudos das políticas culturais no Brasil ratificaram a forte presença do Estado nas questões culturais e na sua institucionalização em tais períodos. Nesse sentido, procuramos entender a atuação do INL para verificar de que forma e até onde as políticas públicas para o livro estiveram concentradas em suas funções institucionais. Ao mesmo tempo, abordamos um sindicato empresarial, SNEL, de longa atuação no cenário político-cultural e co-responsável pela configuração do sistema empresarial do livro no Brasil até hoje.

A presença de editores na defesa direta de seus interesses na esfera pública passa a existir em meados dos anos 1950. Em linhas gerais, se reivindicava maior atenção do poder público para o setor, expressa, ainda, nas palavras de Geir Campos, secretário do SNEL, quando afirmou que “... até no regime do liberalismo econômico e político o livro acaba tornando-se um problema de Estado, no bom sentido,...”⁴. As mudanças necessárias para garantir a presença estatal nas questões do livro poderiam ocorrer “sem interferir praticamente com o regime liberal”⁵. O autor reivindicava um compromisso maior do Estado com o setor livreiro, posto que não alteraria em nada o projeto de desenvolvimento econômico em processo no Brasil, apenas faltava, em sua visão, adequação dos órgãos estatais.

Suas críticas apontavam para “falta de compromisso” dos órgãos estatais existentes para o livro naqueles anos no Brasil, como o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Comissão Nacional do Livro Didático. Geir Campos destacou que estes seriam os órgãos públicos capazes de minimizar o “problema do livro” e proporcionar maiores realizações na “afirmação de uma cultura nacional”⁶ e, no entanto, apresentavam atuações limitadas. Esta sua avaliação corresponde à ausência de apoio do Estado caracterizado pelo tipo de capitalismo tardio⁷ que se implantava no Brasil nos anos 50, período em que foi secretário do SNEL, e corresponde às reivindicações mais gerais do setor livreiro. Nessa década, os empresários do livro conquistavam espaços de atuação no interior do Estado brasileiro, em particular, em comissões responsáveis pela ampliação das políticas públicas para a área do livro.

Na medida em que se analisa o funcionamento do SNEL, apresenta-se um quadro da elaboração das políticas públicas direcionadas para a produção do livro. A partir da leitura das Atas destacamos as condições em que foram formuladas e como os editores lhes deram organicidade.

As questões reivindicadas pelos editores na ocasião de sua fundação tornaram-se, na década seguinte, políticas amplamente discutidas pelo setor, em âmbito nacional, mesmo representado em sua maioria, pelas editoras da região sudeste. Privilegiamos, assim, a leitura

⁴ Campos, Geir. Cartas aos livreiros do Brasil. 1960. In: BRAGANÇA, Aníbal.& LIZETE, Maria. (orgs). 13 ensaios A profissão do poeta: 13 pequenos ensaios e depoimentos em homenagem a Geir Campos & Carta aos livreiros do Brasil. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2002. O poeta Geir Campos fora secretário do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) em meados dos anos 50, convidado por Ênio Silveira, seu presidente na época, quando escreveu uma síntese sobre os problemas do livro no Brasil.

⁵ Idem, p.20.

⁶ Idem, p.20.

⁷ Segundo René Dreifuss, “...um tipo de capitalismo tardio, dependente, desigual, mas também extensamente industrializado, com uma economia principalmente dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário”.DREIFUSS, René. Petrópolis: Vozes, 1981, p.485.

das Atas de reuniões da diretoria do SNEL a partir dos anos 50, atentos à particularidade desse momento, que representava nas palavras de Renato Ortiz:

*... um hiato entre os objetivos empresariais e a incapacidade de eles se realizarem plenamente. A idéia de precariedade exprime esta lacuna. O lado objetivo da sociedade nos indica a realidade concreta das empresas de cultura; as agências de publicidade, rádio, jornal, televisão, cinema; dados que apontam para a emergência de uma sociedade urbano-industrial e que introduzem, nos anos 40, um grau diferenciado de modernização. Mas as dificuldades financeiras, tecnológicas e materiais impõem uma resistência ao desenvolvimento desse mundo moderno*⁸

Diante de um processo ainda incipiente de produção e consumo do rádio, do teatro, do cinema e da televisão, os empresários do livro, ou os proprietários de casas editoriais de capital, originalmente, de cunho familiar, buscavam reconhecimento da “necessidade de se dar ao livro uma melhor situação que o torne(tornasse) acessível ao consumo em grande escala”⁹. As Atas de reuniões da diretoria do SNEL mostraram como o empresariado pressionava setores do governo, mesmo não se dirigindo, prioritariamente, ao INL, devido às características desse instituto, mas em contato direto com os órgãos responsáveis pelo funcionamento do sistema editorial brasileiro. No decorrer dos anos 50, principalmente durante o governo JK, o empresariado do livro começava, então, a adquirir uma nova posição como produtores de bens culturais. Sua inserção nas políticas públicas do livro dependia de uma atuação dinâmica que correspondesse aos diferentes espaços em que essa política era construída e isso foi sendo conquistado nos anos 50.

No período iniciado em 1952 e até o golpe de 1964, as reuniões da diretoria do SNEL foram mensais. Do conjunto das 144 Atas das reuniões de diretoria analisadas, extraímos os pontos discutidos com mais frequência nas reuniões e identificamos parcerias criadas com os setores públicos, tanto do Executivo como do Legislativo, na busca de criar condições para sua participação na elaboração das políticas editoriais brasileiras. Os setores foram: Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Câmara dos Deputados, SUMOC, Banco do Brasil e Fiban.

A título de exemplo, um dos assuntos mais recorrentes nas reuniões dizia respeito à importação de livros e papel e, em segundo lugar, diversos assuntos estiveram em

⁸ ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.94.

⁹ ATA de reunião da diretoria do Snel de 16/10/1953. Esta afirmação foi dirigida ao presidente do Banco do Brasil como estratégia para contornar a situação desfavorável para o setor após a instituição de um novo sistema para regular o comércio exterior, que por sua vez, frustrou as medidas adotadas pelo sindicato em relação as importações. As questões do câmbio e importação de livros eram, portanto, prioritárias para o funcionamento do setor.

pauta nas reuniões, tais como: direitos autorais; editoras estrangeiras; criação de comissões internas sobre assuntos específicos e participação em comissões do governo. Com relação à importação de livros e papel, principal e mais freqüente questão apontada nas reuniões, observamos que as “dificuldades” apresentadas pelos empresários foram discutidas e encaminhadas ao Banco do Brasil, Fiban e Sumoc¹⁰ – setores centrais da formulação e direção das políticas econômicas do país. Entre os assuntos de pauta das reuniões os editores debatiam, respectivamente, com os representantes de tais órgãos sobre: a necessidade de “liberdade” de crédito, regulamentação da distribuição de cotas de câmbio; estabelecimento do ágio sobre os preços e da taxa de câmbio. Além disso, procuramos mostrar o papel do editor Ênio Silveira como dirigente do SNEL articulando os interesses dos empresários nesse período.

Para concluir, a análise do conteúdo das Atas permitiu verificar na relação SNEL-sociedade política a adoção de políticas públicas que favoreciam os empresários do livro, cuja presença nos órgãos públicos se consolidou durante a ditadura civil-militar brasileira.

Bibliografia

BRAGANÇA, Aníbal & SANTOS, Maria Lizete dos(orgs). **A profissão do poeta: 13 pequenos ensaios e depoimentos em homenagem a Geir Campos & Carta aos livreiros do Brasil**, poemas e outros textos inéditos de Geir Campos. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

DREIFUSS, René. **1964 - A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. **O Jogo da Direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Cadernos do Cárcere (volume 2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

KUPERMAN, Esther. **Da SUMOC ao Banco Central**. Tese de Doutorado. Departamento de História. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina de & Fontes, Virginia Maria. **História do Brasil Recente-1964-1992**. São Paulo: Ática, 1996.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: *Brasiliense*, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹⁰ A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) era um departamento do Banco do Brasil que controlava a taxa de câmbio até 1965, quando essas funções passaram para o Banco Central e a SUMOC foi extinta. KUPERMAN, Esther. *Da Sumoc ao Bco Central*. Tese de Doutorado, da Univerisdade Estadual do Rio de Janeiro, 2008, p.203.